

No Pará, audiências sobre a Usina Hidroelétrica de Belo Monte cerceiam participação da população e do Ministério Público Federal

Páginas 4 e 5

CPT apresenta números parciais sobre conflitos no campo em 2009

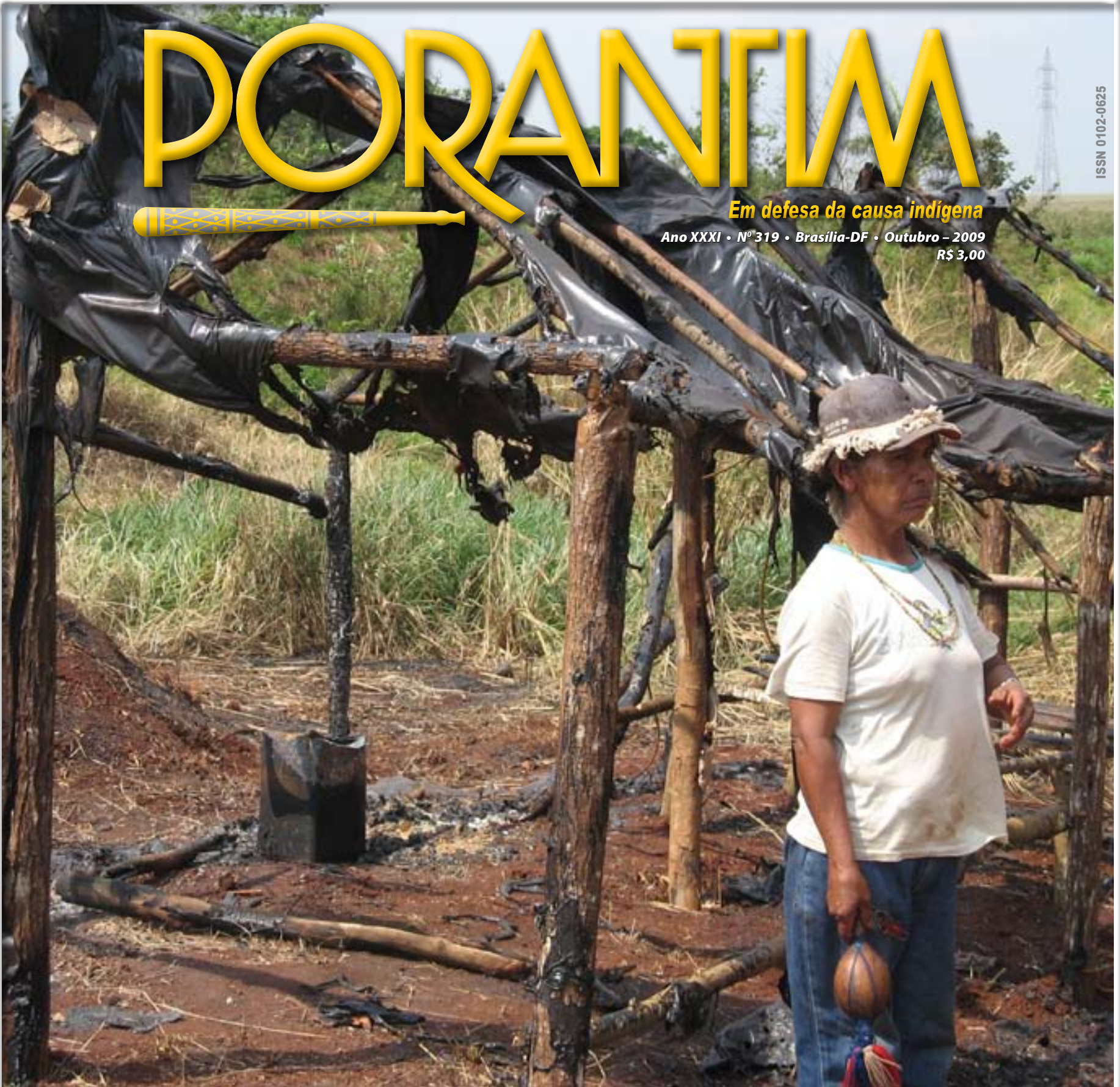
Página 12

PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XXXI • Nº 319 • Brasília-DF • Outubro - 2009
R\$ 3,00

ISSN 0102-0625



Violência no Mato Grosso do Sul

Indígenas são despejados de sua terra tradicional e duas comunidades sofrem com incêndio criminoso praticado a mando de fazendeiros da região

Páginas 8 e 9

Bispos escrevem carta contra os projetos devastadores do PAC

Em carta conclusiva da Assembleia do Regional Norte 2 da CNBB, bispos analisam os problemas enfrentados pelos projetos faraônicos na região amazônica e citam as mazelas que vêm junto com as transformações em nome do “desenvolvimento”. Abaixo, segue trecho da carta:

“Nós, bispos do Pará e Amapá, coordenadores de pastoral e representantes dos organismos e pastorais que compõem o Regional Norte II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), reunidos em Belém na 32ª Assembléia de Pastoral Regional nos dias 26 a 28 de agosto de 2009, refletimos sobre as CEBs: Comunidade de Vida e Missão. Com muita esperança constatamos que nossas comunidades estão vivas, escutam e meditam a Palavra de Deus e, inspiradas pelo projeto de Jesus, procuram unir fé e vida e enfrentar os desafios provenientes da realidade peculiar sócio-econômica e ambiental da Amazônia. O desrespeito à natureza e a destruição em curso ameaça a sobrevivência humana em nossa região. Assim decidimos dirigir-nos aos povos da Amazônia para partilhar as angústias que afligem a todos. Destacamos os grandes males causados pelo modelo de desenvolvimento adotado que privilegia os que detêm o poder político e econômico, sobretudo nos lugares mais longínquos da região, deixando a população à mercê do narcotráfico, e exposta a uma total insegurança. A violência rural e urbana ceifa diariamente a vida de centenas de inocentes. O povo está sendo vilipendiado na sua dignidade e nos seus mais elementares direitos.

Sabemos que cada motosserra que derruba a nossa mata, cada barragem que represa os nossos rios, ceifa um pouco de vida e destrói esperanças e sonhos de nossa gente. Interrogamos, cada vez mais, qual será o futuro desta região. Apelamos aos responsá-

veis na política e economia que tomem consciência da real situação em que esta região se encontra e optem por um desenvolvimento que vise uma Amazônia sustentável e solidariamente compartilhada. Continuamos lutando contra um modelo de desenvolvimento socialmente injusto e ambientalmente degradante.

Neste momento assistimos com muita preocupação aos trâmites em torno da projetada construção da Hidrelétrica de Belo Monte. Mais um grande empreendimento que não leva em conta os verdadeiros anseios da população e atíça apenas a ambição daqueles que apregoam um desenvolvimento que certamente será passageiro e destruidor. São previstos 1522 km² de destruição - 516 km² de área inundada e 1006 km² de área que secará com o desvio definitivo da Volta Grande do Xingu! Depois do turbilhão de dez anos de construção, restarão talvez setecentos (700) empregos. Que desenvolvimento é esse que destrói inescrupulosamente o habitat de povos e famílias, a flora e a fauna? Esse mega-projeto, se concretizado, deixará milhares de “projetos de vida” atropelados pelo deslocamento compulsório de inúmeras famílias de suas casas e de suas terras. Como em outros projetos, centenas de infâncias se perderão, vitimadas pela exploração sexual.

Milhares de trabalhadores formarão o exército de reserva que se amontoa em abrigos imundos e desumanos nas circunvizinhanças dos canteiros de obra. Os povos indígenas e comunidades tradicionais, secularmente perseguidos e dizimados, receberão o golpe fatal perdendo seus territórios e recursos naturais – e sobretudo a terra querida de seus ritos e mitos, onde sepultaram os seus ancestrais. Ressoa aos nossos ouvidos o grito de um índio Kayapó: “O que será de nossas crianças!”

Não podemos nos calar diante da ameaça que paira sobre a vida de nossos irmãos e irmãs e diante da imprevidência e da imprevisibilidade que predominam nestes projetos, diante da desinformação que parece acalantar o silêncio de nossa sociedade sobre ações e projetos de tamanha gravidade.

Motivados pelo espírito profético de Jesus e solidários com nosso povo que não é ouvido rogamos ao Deus da Justiça que nos dê coragem e firmeza para nunca desistirmos de nossa missão.

Creemos que o Projeto de Deus de comunhão e participação continua vivo em nossas Comunidades Eclesiais de Base.

Pedimos a Nossa Senhora de Nazaré que interceda por seu Povo.

Belém, 28 de agosto de 2009.”

MARIOSAN



Reservas ambientais

“Brasil está praticamente desaparecendo em meio a reservas ambientais e indígenas”. Diferentemente da visão do Ministro Reinaldo Stephanes, o que vemos é um Brasil saudável desaparecendo em meio a plantações de transgênicos, desertos verdes de soja e cana em grandes extensões de terra; um Brasil de florestas desaparecendo em meio ao desmatamento e corte ilegal de madeiras; e um Brasil multicultural desaparecendo em meio a criminalização e discriminação de povos e culturas indígenas, quilombolas, ribeirinhas.

Desavenças

Ao defender a abertura de negociações com os povos indígenas e quilombolas em Alcântara, o brigadeiro Antônio Hugo Pereira Chaves, que representava a Aeronáutica na direção da Agência Espacial Brasileira (AEB) foi demitido. O brigadeiro se envolveu num bate boca com o ex-ministro de Ciência e Tecnologia Roberto Amaral. A desavença, que ocorreu numa reunião da agência no último dia 26 e quase acabou em agressões físicas, foi noticiada na coluna de Merval Pereira no GLOBO. Chaves era considerado um aliado pela Secretaria da Igualdade Racial, que conseguiu demarcar o território no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Já Roberto Amaral procura acelerar a construção da base de Alcântara. Ao ver a demissão de Chaves, já se percebe ao lado de quem o governo está.

Direita

“Mas o que é bom mesmo é que o Brasil não tem um candidato de direita desta vez.” - Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República - Folha de S. Paulo, 22-09-2009. Realmente. Um só não, mas vários.

VIOLÊNCIAS CONTRA OS GUARANI-KAIOWÁ

Sinais de uma política de extermínio

Lara Tatiana Bonin

Doutora em Educação pela UFRGS

Fotos: Survival

Vivemos hoje em uma “sociedade do espetáculo”, imersos numa rede de imagens e de significados visuais na qual “uma imagem vale mais que mil palavras”. Mas as imagens que a mídia despeja em nosso cotidiano são cada vez mais elaboradas de modo a construir uma realidade “passada a limpo”, purificada pela tecnologia e esvaziada de tudo o que possa causar desconforto e perturbação. Assim, nos acostumamos a ver paisagens exuberantes, cidades sem pobreza, corpos sem marcas da humana condição do envelhecimento e da mudança. Escapamos, sempre que possível, dos perturbadores problemas dos outros – e muitas vezes olhamos para o sofrimento estampado nas notícias de jornal como algo que não nos diz respeito.

Assumindo momentaneamente a tendência de narrar a vida como uma cena de cinema, proponho também uma imagem, para com ela estabelecer um breve diálogo: na cena imaginada, se pode ver um lugar familiar, um recanto de nossa infância, com sons, cheiros, cores, formas que imediatamente reconhecemos. Neste local nos sentimos acolhidos e seguros porque nele estamos em casa! Saudade, vontade de voltar e desfrutar da paz que ele suscita são sentimentos que talvez nos tomem de assalto, de forma devastadora, se estivermos vivendo agora em condições precárias e insustentáveis. Mas, e se esse lugar, que é nosso refúgio, estivesse indevidamente ocupado ou incorporado ao território de um país vizinho? Tornaríamos-nos estrangeiros e intrusos na terra em que nascemos? E se decidíssemos voltar, seríamos, então, invasores?

Pode até nos causar estranheza, mas é de uma perspectiva semelhante que os Guarani-Kaiowá vislumbram hoje as terras tradicionalmente ocupadas no Estado do Mato Grosso do Sul mas que, por razões históricas que só se explicam por relações de poder, foram loteadas, vendidas e indevidamente tituladas. Nessas terras, refúgios dos povos indígenas, lugares de bem viver, locais de morada de seus antepassados e dos espíritos que os protegem, os Guarani são considerados intrusos, invasores, estrangeiros. Sua presença, espalhada em mais de 20 acampamentos à beira das rodovias e estradas, serve para lembrar que alguém se apoderou das terras que são deles e “legalmente” estabeleceu sobre elas cercas e divisas.



Se seguirmos com a construção daquela imagem que remete a lugar “bom para viver”, no qual nos sentimos acolhidos e seguros, vamos entender as razões da retomada realizada há dois anos pelas famílias Guarani-Kaiowá, da aldeia Laranjeira Nanderu. Podemos sentir, com eles, o desejo de assegurar a vida e o futuro das mais de 60 crianças que compõem essa comunidade. No entanto, no dia 9 de setembro essas famílias foram surpreendidas com uma liminar de reintegração de posse, e com a ordem de imediato despejo. Sem alternativas, eles voltaram a viver às margens da BR-163, nas proximidades do município de Rio Brillhante.

E foi então que, no dia 14 de setembro, os guarani assistiram, aterrorizados, a queima das casas que haviam construído, dos bens e dos animais que foram arbitrariamente impossibilitados de resgatar. Como forma de ameaça, empregados de fazendas da região circulam com seus carros em alta velocidade, próximo às barracas onde estão acampadas as famílias indígenas, gerando apreensão e medo. Não bastasse tudo isso, eles se vêem hoje impedidos de buscar água em um rio situado fora dos limites da fazenda.

Infelizmente, acontecimentos como estes são rotineiros no estado de Mato Grosso do Sul e não há nenhuma reação decisiva por parte do Ministério da Justiça, no sentido de coibir as violências e agressões praticadas. Na madrugada do dia 18 de setembro, a comunidade Guarani-Kaiowá do Apika'y também viveu momentos de horror, quando cerca de

10 homens armados, a mando de fazendeiros, incendiaram suas casas enquanto eles dormiam. Um guarani foi ferido na perna, atingido por uma bala e várias mulheres que saíam em desespero foram agredidas com socos e pontapés.

Lamentavelmente, alguns meios de comunicação pouco comprometidos com idoneidade e imparcialidade ainda fazem ressoar o ultrapassado jargão de que “é muita terra para pouco índio”, proferido por quem tem interesses econômicos sobre as áreas destes povos. Mas, especificamente em Mato Grosso do Sul, onde vive a segunda maior população indígena do Brasil, “muita terra” é uma expressão que se aplica bem aos fazendeiros e latifundiários que detêm a posse das melhores áreas. Os povos indígenas, e em especial os Guarani-Kaiowá, estão confinados em pequenas porções de terra, a exemplo da reserva de Dourados, onde vivem 13 mil pessoas em 3,6 mil hectares.

Para os Guarani, quando uma situação se mostra insustentável, é necessário seguir em frente, num contínuo caminhar que vincula materialidade e espiritualidade. E uma das formas de ir adiante parece ser o suicídio, praticado por 147 indígenas deste povo entre os anos de 2003 e 2008. O suicídio marca a impossibilidade de vislumbrar, nesta vida, as condições adequadas para viver com dignidade, e, diante disso, alguns optam por seguir para um mundo onde não haveria sofrimento. Outra atitude que demonstra o jeito de ser guarani é a mobilidade. Assim, eles passam a viver em acampamentos, que deveriam

ser abrigos transitórios até a chegada no lugar do efetivo bem viver, ou seja, nas terras tradicionais que eles almejam reconquistar.

A ineficácia do governo é justificada, muitas vezes, pela falta de recursos financeiros para a demarcação das terras indígenas. Isso é mais uma falácia e revela a falta de vontade política em resolver a situação de maneira ágil, uma vez que a destinação de recursos orçamentários é proporcional aos interesses envolvidos em cada rubrica. No governo do presidente Lula, por exemplo, sobram recursos para financiar obras do PAC, ou para socorrer bancos e empresas privadas em momentos de crise (decorrente, é bom que se registre, de uma péssima gestão, acompanhada de muita corrupção), enquanto a população brasileira vive em precárias condições sociais.

A morte lenta e gradual dos Guarani-Kaiowá tem sido promovida através da violência física e também da violência simbólica, quando se negam os seus direitos sociais, relegando-os à condição de marginalidade. Eles são posicionados à margem do sistema de dominação e, desse modo, se tornam “invisíveis”, em seus barracos improvisados à beira de rodovias, como também são invisíveis outros segmentos considerados “residuais”.

Enquanto imperar a impunidade, os Guarani e tantos outros povos serão aterrorizados e desrespeitados neste país. Enquanto isso, o presidente da República gasta recursos públicos em viagens destinadas a inaugurar obras que nem mesmo foram iniciadas, como ocorreu em Sapucaia do Sul (RS). O ministro da Justiça, Tarso Genro, que deveria estar tomando as providências cabíveis para coibir as violências praticadas contra as comunidades indígenas, também ocupava o palanque. Não se sabe qual a razão para a sua presença, já que se tratava de uma solenidade de lançamento de obras numa rodovia. Para este evento, a mídia televisiva e escrita dedicou espaços generosos em seus jornais e noticiários. Já para os povos indígenas... ■



Acima, indígenas de Laranjeira Nanderu são despejados de sua terra tradicional. Abaixo, uma das lideranças indígenas em frente a sua casa antes do incêndio criminoso

Protestos por um Xingu vivo

Muitas são as justificativas para construção de grandes obras na região Amazônica, até mesmo a geração de energia “limpa”. Com as hidrelétricas que estão sendo construídas no Rio Madeira, em Rondônia, foi assim e com a proposta da Usina Hidrelétrica de Belo Monte não é diferente. Prevista no Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) do governo, a UHE de Belo Monte pode trazer mudanças profundas e irreversíveis para a região do rio Xingu, no Pará.

Diversos pesquisadores afirmam que os impactos sociais e ambientais da UHE Belo Monte ainda não foram totalmente dimensionados. Apesar disso, é grande a pressão a favor da construção da obra, principalmente de grandes empresários e políticos da região. Diversas comunidades que devem ser afetadas, no entanto, questionam o projeto, pois temem perder para sempre suas fontes de subsistência física e referência sociocultural. Em meio a este embate, o Ministério Público Federal (MPF) vem, há anos, ajuizando ações para suspender a construção da Usina.

Audiências limitadas

As discussões sobre a grande obra se intensificaram no mês de setembro, quando foram realizadas as quatro audiências públicas sobre o projeto. Os eventos ocorreram entre os dias 9 e 15 de setembro, respectivamente nas cidades de Brasil Novo, Vitória do Xingu, Altamira e Belém, o que significa um percurso de mais de 700 quilômetros.

As audiências foram marcadas por protestos do MPF, movimentos sociais,

indígenas, ribeirinhos, pescadores, ambientalistas, estudiosos... Antes das reuniões, o MPF questionou o número de audiências a serem realizadas, pois considerava insuficientes apenas quatro encontros, dado o tamanho do projeto e o número de comunidades afetadas. Depois de receber apelos de lideranças comunitárias das agrovilas e travessões da rodovia Transamazônica e de comunidades ribeirinhas do Xingu, o MPF enviou ao Ibama recomendação para que se agendassem mais audiências públicas para debater o projeto – o que não aconteceu.

Belo Monte e o Circo no Xingu

Procuradores da República anunciaram no dia 23 de setembro, que a Justiça Federal de Altamira receberia ainda naquela semana uma ação civil pública pedindo a realização de nova rodada de audiências públicas para debater o projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O MPF considera que as audiências realizadas não permitiram a participação efetiva da sociedade e, principalmente, dos afetados pelo empreendimento.

“Detectamos várias falhas nas audiências, devidas à pressa com que o processo é realizado. Especialmente os fatos que ocorreram na audiência em Belém expressam sem dúvidas a falta de vontade do Ibama de permitir o debate”, declarou o Procurador da República no Pará, Ubiratan Cazetta

No último dia 15, pouco antes da audiência começar em Belém, o Ibama transferiu a audiência para um teatro



com apenas 480 lugares. Como resultado, dezenas de pessoas foram impedidas de entrar ou tiveram a entrada dificultada por homens da Força Nacional, incluindo representantes dos índios Tembé e movimentos sociais contrários à hidrelétrica. Representantes do MPF se recusaram a continuar na audiência nessas condições.

Nos dias que se seguiram ao episódio, o Ministério Público Federal recebeu um abaixo assinado com mais de 150 assinaturas de pessoas que não conseguiram entrar na audiência. Representantes dos índios Tembé também oficializaram suas queixas. “Fomos barrados na entrada do Centur e constrangidos nos nossos costumes e tradições. Trataram nossos adereços tradicionais como armas perigosas”, diz o documento dos indígenas. A iniciativa do MPF recebeu apoio do Movimento de Mulheres de Altamira,

do Fórum da Amazônia Oriental e do Conselho Indigenista Missionário.

Nas demais audiências houve maior presença da população, mas também foram detectados obstáculos à participação. Os representantes do Ministério Público, responsáveis pela fiscalização de licenciamentos ambientais, foram impedidos de participar da mesa diretora das audiências.

O rito da audiência pública prevê que a população faça perguntas sobre os impactos, para obter respostas e compromissos quanto aos impactos. No entanto, nas diversas audiências, muitas perguntas ficaram sem respostas. E, o volume de perguntas de representantes dos movimentos sociais, políticos, empresários, Ministério Público mostraram que a população tem dúvidas diretas e relevantes sobre o empreendimento. (*Movimento Xingu Vivo para Sempre*).

Em todas as audiências sobre a usina hidrelétrica de Belo Monte houve protestos e a Força Nacional foi chamada para impedir a entrada dos participantes na última audiência realizada em Belém

Indígenas e professores são impedidos de entrar em audiência sobre Belo Monte, em Belém

Claudemir Monteiro
Cimi Regional Norte II

No dia 15 de setembro, cerca de 300 manifestantes entre indígenas, ambientalistas, sindicalistas e membros dos movimentos sociais se concentraram em frente ao Centro Cultural Tancredo Neves (Centur) em Belém para manifestar solidariedade aos povos do Xingu e protestar contra a realização da 4ª audiência pública de Belo Monte.

Era unânime entre os manifestantes a opinião de que a audiência estaria

acontecendo apenas para legitimar a decisão do governo em construir a UHE de Belo Monte. Todas as formas de participação estavam limitadas. Uma audiência “acanhada” como bem disse o procurador do Ministério Público estadual Dr. Raimundo Moraes.

Todas as falas foram de repúdio ao projeto e à forma antidemocrática que o governo está impondo para a construção de um projeto que irá beneficiar as empresas barrageiras e autoprodutoras entre as quais a Vale do Rio Doce.

Com a mudança de local da audi-

ência, todos os manifestantes se locomoveram para o auditório, onde foram informados que não poderiam adentrar por portarem faixas, bordunas. Foram momentos de tensão e pressão para forçar a entrada dos manifestantes. Os índios Tembé continuaram cantando e os demais manifestantes gritando palavras de ordem e protestos. Depois de uma hora de tentativas, os manifestantes entraram gradualmente.

Na audiência, o procurador Rodrigo Costa, do MPF em Altamira, afirmou sua frustração quanto ao andamento das

audiências. Colocou com firmeza que as audiências estão sendo conduzidas de forma antidemocráticas, que não colocavam o debate, mas somente exposições. Também afirmou que a metodologia não chamava ao debate e nem aos esclarecimentos necessários.

Em seguida, o promotor Raimundo Moraes, do Ministério Público Estadual no Pará, reforçou as críticas ao formato das audiências e se retirou do evento, acompanhado pelos procuradores e por diversos participantes, que continuaram o ato público fora da plenária.

Pescadores artesanais se reúnem na primeira Conferência Nacional em Brasília

Marcy Picanço
Repórter

Entre 28 e 30 de setembro, cerca de 800 pescadores e pescadoras artesanais de 15 estados acamparam em Brasília para realizarem a 1ª Conferência Nacional da Pesca Artesanal. No último dia do encontro, eles se reuniram com o Ministro da Pesca e Aquicultura (MPA), Altemir Gregolim, para expor as insatisfações do grupo com a falta de atenção para a pesca artesanal. Gregolim comprometeu-se a marcar uma reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando serão entregues as propostas aprovadas na Conferência.

Durante a Conferência, os pescadores trataram de temas que afetam as comunidades de todo o país, como as agressões ao meio ambiente que causam a diminuição e desaparecimento de espécies, diminuição de vegetação natural, contaminação do solo e das águas, entre outros. Também prejudicam a pesca artesanal alguns projetos de expansão do agronegócio e os altos investimentos do governo na aquicultura, principalmente a piscicultura e carcinicultura (criação de camarão), em detrimento de investimentos para a pesca artesanal.

Grandes empreendimentos turísticos, hidroelétricas e transposições de rios, como a do rio São Francisco (Nordeste), também afetam a vida dos pescadores artesanais. Em consequência desses empreendimentos, os pescadores vêm sendo expulsos de suas terras ou terem sua produção afetada por alterações no ambiente pesqueiro.

Na conferência, os participantes elaboraram propostas para as políticas públicas voltadas para o setor. Discuti-

ram, especificamente, as questões de identidade e território, situação das mulheres pescadoras, sustentabilidade, ordenamento pesqueiro, direitos sociais e legislação para a pesca artesanal.

No geral, os participantes destacaram a importância da Conferência para a organização do setor e para a valorização da pesca artesanal: "Escutei a vida toda meus professores falando que era pra eu estudar pra não ser marisqueira como minha mãe. Chega de negação cultural, que a gente valorize e se aproprie da cultura pesqueira, desde pequena, em casa e na escola", disse Lorena, do município de Salinas da Margarida, na Bahia.

Além de articular os pescadores e pescadoras artesanais do Brasil, a 1ª Conferência da Pesca Artesanal foi planejada como um contraponto à 3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, realizada pelo MPA nos dias seguintes ao encontro dos pescadores artesanais. O evento organizado pelo governo, segundo os pescadores artesanais, privilegia a aquicultura e a pesca industrial.

Via Campesina

Durante a Conferência, os pescadores marcaram sua entrada na Via Campesina que, no Brasil, é formada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Conselho Indigenista Missionário, Movimento de Mulheres Campesinas, Comissão Pastoral da Terra, Pastoral da Juventude Rural, Federação dos Estudantes de Agronomia.

Marina dos Santos, da Coordenação do MST, representando a Via Campesina, lembrou que pescadores e camponeses têm "o mesmo inimigo nesse modelo de desenvolvimento que privilegia e dá melhores condições para o agro e hidronegócio". (informações: www.conferencianacionaldospescadores.blogspot.com) ■



Pescadores artesanais se reúnem em Brasília em busca de melhores condições de trabalho e realizam caminhada ao Ministério da Pesca e Aquicultura onde fazem um ato de protesto



QUADRO 1

Alguns fatos do histórico de Belo Monte com o Ministério Público Federal.

- A construção de Belo Monte é objeto de disputa judicial desde 2001, quando o Ministério Público Federal do Pará ajuizou a primeira Ação Civil Pública contra o licenciamento da usina, justamente pela ausência de decreto legislativo autorizando o processo.
- Em 2005, o então procurador-geral da república, Antônio Fernando Souza, enviou ao Supremo Tribunal Federal Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o Decreto Legislativo nº 788/2005, que autorizou o poder público a implantar a hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará.
- Em 2007, o Ministério Público Federal no Pará obteve liminar do juiz federal Antônio Carlos de Almeida Campelo, mandando suspender o processo de licenciamento ambiental de Belo Monte, devido a falta de consulta às comunidade indígenas afetadas.
- Em 2008, o Ministério Público enviou uma representação ao Tribunal de Contas da União pedindo a anulação do acordo entre Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Norberto Odebrecht de financiamento dos estudos de Belo Monte.

QUADRO 2

Pontos críticos do projeto previsto para o Rio Xingu (Pará)

▼ Na concepção do projeto:

1 - A potência total de energia prevista (11.233 Megawatts) só estará disponível entre três e quatro meses ao ano.

2 - O ganho de energia para o Sistema Interligado Nacional será, em média, de apenas 1/3 do total previsto (4.462 MW). Nos meses de setembro/outubro, quando o rio Xingu fica naturalmente mais seco, a capacidade instalada aproveitável será no máximo de 1.088 Megawatts médios.

3 - Nestas condições, o projeto só se viabiliza com a regularização da vazão, que pode ser obtida com a construção de outras três usinas no rio Xingu (em Altamira, Pombal e São Félix), com reservatórios extensos em áreas de conservação ambiental e territórios indígenas.

▼ Sob o ponto de vista social:

4 - A população a ser deslocada compulsoriamente foi subestimada.

5 - Não há detalhamento de qualquer programa voltado para as populações; portanto, não há como estimar os custos sociais do empreendimento.

6 - Para os 10 povos indígenas da região a ser afetada o rio Xingu é sa-

grado. A construção da Usina de Belo Monte, que terá de ser necessariamente acompanhada por outras três usinas, significará a perda irreversível das condições de preservação cultural e material dos povos indígenas da bacia do rio Xingu.

▼ Sob o ponto de vista ambiental:

7 - Haverá forte pressão populacional sobre as demais áreas de floresta.

8 - Não há estudos sobre as consequências para a fauna e flora da região do rio depois da usina (jusante), decorrentes do barramento e da nova vazão do rio;

▼ Sob o ponto de vista econômico:

9 - Os custos de implantação do projeto não estão definidos, mas pode chegar a 33 bilhões de dólares, sem considerar os custos com as linhas de transmissão.

10 - O investimento precisa ser remunerado pela energia gerada. Com a potência média de apenas 4.462 Megawatts ao ano, a tarifa será muito alta. O cidadão brasileiro pagará por isso, ou diretamente ou por meio de subsídios do Estado.

Foto: Divulgação

Foto: Marcy Picanço

CONFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E TERRITÓRIO ETNOEDUCACIONAL

Esperanças que se transformaram em incertezas e dúvidas

Socorro Theisen
Cimi Regional Norte 1

Há muito tempo o movimento indígena vem lutando por uma política específica e diferenciada de Educação Escolar Indígena (EEI), que venha atender as necessidades reais de cada povo. São diversas as razões pelas quais um povo solicita a EEI, assim como são diversos e específicos os resultados deste processo educativo. Todo este modelo necessita de um sistema próprio que comporte estas especificidades.

Não há como negar os avanços que aconteceram ao longo dos últimos anos, principalmente no que se refere aos direitos indígenas garantidos na legislação brasileira, após a constituinte de 1988. Mas, por outro lado, pouco se efetivou na prática.

O governo iniciou o processo de discussão sobre a reorganização da Política de EEI após a pressão do movimento indígena motivada pela indignação com a realidade em que se encontra a EEI. Em resposta a esta reivindicação, o governo começou uma discussão contratando consultorias, avaliando propostas vindas do Conselho Nacional de Educação e atendeu a reivindicação antiga dos indígenas de uma Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (CONEEI). O problema iniciou quando, neste processo, os Povos Indígenas foram esquecidos, a começar pela própria Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI), Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) e Conselhos Estaduais de Educação Escolar Indígena (CEEI). Nestes fóruns e espaços próprios a “proposta” chegou já elaborada e sem espaço para mudanças.

A promessa que o governo fez de colocar a proposta dos Territórios Ednoeducacionais em discussão nas Conferências não se concretizou da forma como deveria e, pode-se afirmar, grande parte dos delegados que participaram das Conferências Regionais voltou para suas aldeias sem entender o que são esses territórios. O Decreto não contempla as propostas que há anos o movimento indígena vem reivindicando, como a criação de um sistema próprio com autonomia financeira e administrativa e controle social específico. A criação dos Territórios Ednoeducacionais reforça um sistema que já mostrou que não funciona e que não atende às necessidades dos Povos Indígenas e, muito menos, respeita ou faz valer direitos já conquistados.

É questionável a forma como o modelo foi pensado e como está sendo conduzido. Durante as Conferências Regionais foi colocado para os delegados que a adesão ao território é optativa, ou seja, só aceita quem realmente quiser, mas vem logo a pergunta: e como ficam os que não concordam com essa política? Que política é esta que prevê a inclusão de alguns e exclusão de outros?



Foto: Maira Heinen

O Decreto normatiza questões preocupantes e pontos que podemos chamar de entraves como:

- **A definição em 18 territórios e suas áreas de abrangência.** Os critérios estabelecidos para a definição do Território Etnoeducacional são importantes, mas não são suficientes e não alcançarão seus objetivos se os Povos Indígenas não participarem desta definição. Esse modelo de organização política traz outra lógica de referência territorial. Já existe uma fragmentação desarticulada com a divisão dos Dseis, territórios da cidadania, áreas de abrangências de espaços de controle social como os CEEIs, de organizações indígenas, de jurisdição da FUNAI e outras de Estados e Municípios. Isso tem provocado muita confusão nas aldeias.
- **A representação indígena por povo.** Ela não atende a realidade de vários povos e regiões do País. Esse ponto também é criticado principalmente na região amazônica devido à realidade geográfica, política e organizacional dos povos, em que um mesmo povo está em regiões diferentes, vive realidades diferentes e suas relações são específicas e diferenciadas.
- **A elaboração do Plano Educacional do Território feito pela comissão.** Entende-se que o primeiro passo deveria ser ouvir as aldeias para que elas mesmas apresentem sua realidade e demandas, mas este espaço não está previsto no decreto. Menciona apenas uma consulta após o plano elaborado.
- **O gerenciamento de recursos através da descentralização e gestão compartilhada.** Essa é mais uma característica da política fragmentada, que retoma a possibilidade para terceirização de ações tão criticadas e denunciadas pelo movimento indígena.
- **Ações compartilhadas e articuladas.** Sabemos que essa diretriz é uma política do governo que faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que é interessante, que foi pensado e tem funcionado para o sistema educacional não indígena. Para os povos indígenas esta diretriz não tem funcionado. Esta experiência já existe na política de saúde indígena com a terceirização de ações e serviços e na política de EEI através do regime de colaboração entre Estado e Município e que não tem dado certo.
- **Controle Social.** Referente ao controle social existe uma lacuna, uma vez que no decreto a função de planejar, elaborar, acompanhar e avaliar o Plano Educacional e suas ações está delegada à comissão. Esta mesma comissão, conforme sua composição, é formada por maioria de gestores governamentais. Isso significa que eles vão fiscalizar a si mesmos. Esta função deveria ser dos Conselhos Estaduais de Educação Escolar Indígena e das próprias aldeias.

O governo reconhece que existem muitos problemas e entraves da EEI, conforme cita no Doc. Base da CONEEI. Se o governo está realmente preocupado com a problemática da EEI e disposto a responder à expectativa dos Povos Indígenas, conforme cita no Documento Base da CONEEI, sua resposta deveria ser no sentido de atender a reivindicação do movimento indígena como: criar um sistema próprio de EEI ligado diretamente à União, com autonomia financeira, administrativa e política, discutido e articulado com os povos indígenas em seus espaços e fóruns próprios de discussão e articulação política; criar espaços próprios de controle social nas di-

ferentes instâncias governamentais ou por regiões de acordo com a configuração do sistema e incluir a participação indígena nos espaços de controle social do Sistema Nacional de Educação em suas diferentes instâncias e setores; manter o regime de colaboração com os Estados e Municípios, mas subordinados ao sistema próprio; criar mecanismos para se efetivarem os direitos já regulamentados da EEI e muitas outras reivindicações contempladas na proposta do Estatuto dos Povos Indígenas que está há muitos anos a espera de aprovação.

O governo poderia criar um sistema único em que se articulem as políticas públicas, principal-

mente as de saúde, educação e sustentabilidade, em uma mesma configuração territorial, centralizar os recursos em um fundo único, ter como prioridade a demarcação das terras indígenas e legitimar a CNPI como Conselho e, quem sabe, até com um desdobramento nas regiões, garantindo e reforçando o elo com as aldeias.

Apesar do quadro político desfavorável aos Povos Indígenas, ainda restam esperanças com a realização da etapa nacional da CONEEI, que será uma possibilidade de rever o que foi feito e tentar garantir políticas que realmente tragam soluções para os problemas e não reforçar um sistema inoperante. ■

Crianças na escola indígena da Aldeia Lage Velho, no município de Guajará Mirim: dúvidas se os territórios etnoeducacionais vêm para contribuir

A vitória da persistência Guarani

Três comunidades Guarani em Santa Catarina conseguiram finalmente o reconhecimento de suas terras tradicionais

Clóvis A Brrighenti e Marina de Oliveira
Regional Sul - Equipe Florianópolis

Os Guarani em Santa Catarina tiveram uma importante vitória, conquistaram mais uma parte de seu território tradicional. Nos dias 20 e 21 de agosto, e 1º de setembro, o ministro da Justiça, Tarso Genro, assinou três Portarias Declaratórias das terras deste povo em Santa Catarina: Terra Indígena Tarumã (2.172 ha) Portaria nº 2747 e Terra Indígena Piraiá (3.017 ha) Portaria nº 2.907 ambas localizadas no município de Araquari; Terra Indígena Morro Alto (893 ha) Portaria nº 2.813, localizada no Município São Francisco do Sul, no litoral norte do estado.

A decisão do Ministro foi muito comemorada pelas comunidades Guarani beneficiadas diretamente e por todo povo Guarani. A publicação veio coroar a luta pelo reconhecimento do seu território tradicional. Até então a própria Funai não reconhecia essas terras como sendo tradicional desse povo.

Basicamente 85% das terras declaradas têm cobertura da formação florística da Mata Atlântica. Outra pequena parte é área de reflorestamento com plantas exóticas e uma exígua parte é utilizada pelos Guarani. A falta de regularização das áreas impedia os indígenas de utilizar as terras para subsistência porque enfrentavam resistência das empresas que se diziam proprietárias das mesmas. Em 1989 uma comunidade foi expulsa e suas casas queimadas porque uma imobiliária se apoderou das terras e vendeu à empresa Karstem para plantio de eucaliptos, conforme foi denunciado no MPF em Joinville. Proprietários particulares se aproveitaram da precária situação em que viviam os Guarani para oferecer espaços de terras em "suas" propriedade para garantir a posse futura, mas agora a terra foi finalmente devolvida aos Guarani.

Histórico

Até a década de 1990 a Funai não reconhecia essas comunidades indígenas e toda ação do órgão indigenista passava primeiro pela transferência dessas comunidades às terras reservadas aos Kaingang e Xokleng. No pensamento do órgão oficial não necessitava demarcar novas terras aos Guarani. No ano de 1996, em função da duplicação da Rodovia BR 101 a situação de conflito em que viviam as comunidades veio à tona. Após muita pressão, a Funai foi obriga-



Foto: Clóvis A. Brrighenti

da a fazer o estudo de impacto sobre as comunidades afetadas. Mesmo com os estudos feitos, a Funai não reconhecia que o litoral catarinense integrasse o território tradicional Guarani.

Em 1998 a Funai criou um Grupo Técnico para proceder a eleição das terras, ou seja, criar reserva indígena. O estudo foi concluído somente em 2002. Além de propor a criação de reservas, o GT identificou espaços minúsculos. Esses estudos chegaram a ser publicados no Diário Oficial da União, mas os Guarani não concordaram. Durante um encontro das lideranças Guarani do Sul e Sudeste do Brasil, que ocorreu na Terra Indígena Morro Alto em janeiro de 2003, os indígenas definiram que não iriam aceitar a compra de terra, pois se fosse assim eles mesmos estariam negando os próprios direitos. Enviaram um documento ao presidente da Funai exigindo a revogação das Portarias. Finalmente em 2003 as portarias foram revogadas.

No mesmo ano teve início o processo de identificação e delimitação, concluído somente em 2009 com o envio dos autos ao Ministro da Justiça.

Esse novo estudo além de reconhecer as terras como tradicionais, revisou os tamanhos na proposta de reserva, o que possibilitou a identificação e delimitação de terras que atendam o disposto no § 2 do Art.231 da Constituição Federal.

Pressão contrária

Durante os estudos de identificação e delimitação das terras indígenas do litoral norte os setores empresariais, governo estadual, deputados e prefeituras municipais iniciaram mobilizações a fim de impedir as demarcações. A primeira atividade foi criar uma Associação dos Atingidos por Pretensões Indígenas - APIS. No ano de 2008, quando da publicação do despacho do presidente da Funai, organizaram audiências públicas, convocadas pela Assembléia Legislativa de Santa Catarina, na região para impedir as demarcações.

Não contentes com os resultados, no mês abril de 2009, deputados estaduais da região norte do estado apresentaram um requerimento solicitando a criação de uma Comissão Parlamentar

de Inquérito para investigar as ações do governo federal, referente às demarcações de terras no litoral norte e nordeste de Santa Catarina. A Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa deu parecer contrário em virtude da inconstitucionalidade do ato. Os parlamentares decidiram criar então um Fórum Parlamentar de Discussões das Demarcações de Terras Indígenas no Norte/Nordeste de Santa Catarina. Esse Fórum está articulando em nível estadual e em nível nacional todos os setores contrários para aprovar a PEC que passa ao Congresso Nacional a atribuição de marcar terra indígena além de ações no estado de Santa Catarina e no STF.

Depois de mais de uma década de luta sem trégua, os Guarani sabem que as pressões são fortes contra seus direitos. O que está em jogo é a possibilidade de povos continuarem vivendo a seu modo com a natureza preservada ou a ampliação do parque industrial, portos e aeroportos para atender a iniciativa privada. Mas os Guarani sabem que Nhanderu é mais forte! ■

TI Morro Alto - Reunião em que os Guarani se manifestaram contra a criação de reserva. Janeiro de 2003.

foto: 2: Reunião das lideranças Guarani das terras indígenas do litoral norte/nordeste de SC com o MPF de Joinville para discutir a questão das terras. TI Morro Alto. São Fco do Sul. Ano 2005. Cimi Sul Equipe Florianópolis

Sai portaria de criação do GT da TI Rio dos Índios

A comunidade Kaingang de Rio dos Índios agora está em festa com um resultado positivo: no dia 9 de setembro tiveram publicada, no Diário Oficial da União, portaria que cria GT para o levantamento fundiário da terra. Conforme a portaria, o GT tem prazo de noventa dias, a contar do dia 21 de setembro de 2009, para realizar o levantamento fundiário. No dia 8 de setembro de 2009, mais 40 Kaingang haviam ocupado a Funai de Passo Fundo, com a reivindicação de criação do GT, para realização do levantamento fundiário da referida terra. Com a pressão, finalmente o GT foi criado.

Desde o ano de 2000 a comunidade indígena de Rio dos Índios, no município de Vicente Dutra, RS, está em retomada da Terra Tradicional. São 16 famílias Kaingang, entre elas muitas crianças e idosos que buscam heroicamente garantir o direito de ter sua terra demarcada. A terra já foi declarada como de ocupação tradicional do povo Kaingang, porém permanece intrusada. (Cimi Regional Sul - Equipe Irai)

Foto: Cimi Equipe Irai



Crianças na TI Rio dos Índios. Depois de muita luta, a aldeia finalmente consegue um GT para atualizar o levantamento fundiário da terra

POVO GUARANI KAIOWÁ

Ataques a ferro e fogo

Cimi Regional MS

Despejos, incêndios, ameaças, medo. Enquanto a Constituição Federal assegura que os povos indígenas sejam protegidos pelo Estado, a violência contra os Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul só aumenta. No mês de setembro, não bastasse os indígenas Guarani Kaiowá de Laranjeira Nanderu serem mais uma vez despejados de sua terra tradicional, após a saída da área e a ida para a estrada, os fazendeiros incendiaram os pertences que os indígenas ainda buscavam para terminar de fazer as casas no acampamento. E as violências não cessaram. Apenas quatro dias depois do incêndio de Laranjeira Nanderu, outra comunidade Guarani no MS sofreu com um incêndio criminoso. Os Guarani do Apika'y tiveram suas casas incendiadas e alguns indígenas ficaram feridos.

A prática do incêndio

Os indígenas no Mato Grosso do Sul já tinham conhecimento do ódio e do racismo dos fazendeiros da região, mas não esperavam tanto. Os incêndios ocorridos nas aldeias mostram que as ameaças e a raiva contra os indígenas podem se tornar fatos. E os fatos ocorreram na mesma semana. No dia 14 de setembro, pessoas não identificadas queimaram cerca de 35 casas de indígenas Guarani Kaiowá,

da aldeia Laranjeira Nanderu, próxima do município de Rio Brillante, no Mato Grosso do Sul. Os indígenas não estavam na aldeia, pois desde o dia 11 haviam sido obrigados a sair da terra por ordem judicial e estavam acampados à beira da BR-163. Os cerca de 130 Guarani Kaiowá assistiram o fogo consumir suas casas e o restante de seus pertences. Durante a noite, os causadores do incêndio continuaram a amedrontar os indígenas, com carros vigiando as coisas queimadas e acendendo os faróis contra os barracos na beira da estrada.

Durante a madrugada, alguns indígenas ainda se arriscaram a ir à antiga aldeia para resgatar pequenos animais, mas a maioria dos bichos, como galinhas e cachorros, estavam mortos. Toda a comunidade passou a noite sem dormir, com medo dos ataques. De acordo com Zezinho, uma das lideranças Guarani, os indígenas estão abalados porque não foram apenas as casas queimadas, mas também os espíritos dos que moravam com eles. Os indígenas Guarani Kaiowá estão acampados na beira da estrada, em frente à fazenda Santo Antônio de Nova Esperança, onde está a terra tradicional do povo, à espera de demarcação.

Violência de graça

Na comunidade Apyka'y, o incêndio ocorreu no dia 18, durante a madrugada, quando um grupo de 10 homens atacou a

comunidade do povo Guarani Kaiowá, que vive em um acampamento às margens da BR-483, próximo ao município de Dourados, Mato Grosso do Sul. Segundo relato dos indígenas, eles atiraram em direção aos barracos. Um Guarani de 62 anos foi ferido por tiros; diversas casas e objetos foram queimados.

Os agressores ameaçaram os indígenas afirmando que, se eles não abandonassem o acampamento, haveria mortes. Eles teriam dito que quem mandava na área da estrada ocupada pelos índios não era a Polícia Federal, mas sim "a polícia da empresa".

Segundo relatos, os seguranças dos fazendeiros estavam cercando um acesso por onde os indígenas conseguiam água - o que teria sido a razão do ataque - pois o fazendeiro não aceita mais a circulação dos indígenas para buscar água. Além dos barracos foram queimados colchões, documentos, cobertores, bicicletas, roupas. Algumas pessoas ficaram feridas, pois foram agredidas com socos e facões. A comunidade não tem materiais para construir novos barracos e tem medo de novas agressões. Enquanto um missionário do Cimi fotografa os barracos queimados, os agressores repetiam sons de tiros para amedrontá-lo e exclamavam "Você quer ver, vem olhar aqui, tem quatro bugres mortos! Esses vagabundos tem mais é que morrer!"

Os indígenas já denunciaram a agressão ao Ministério Público Federal (MPF).



Em abril de 2009, cerca de 15 famílias Guarani Kaiowá formaram o acampamento, onde aguardam a demarcação de suas terras.

O Ministério Público Federal (MPF) em Dourados instaurou inquérito para apurar os ataques contra duas comunidades Guarani Kaiowá ocorridos nas últimas semanas no Mato Grosso do Sul. O MPF vai apurar as circunstâncias dos dois ataques. De acordo com informe do órgão, no caso da agressão contra a comunidade Apyka'y investigará a possível prática do crime de genocídio, previsto na Lei nº 2889/56: "Quem, com a intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, étnico, racial ou religioso (...), matar membros do grupo; causar lesão grave à integridade física ou mental de membros do grupo".

Segundo relatório do MPF-MS, a situação da comunidade é "análoga àquela de um campo de refugiados. É como se fossem estrangeiros no seu próprio país. É como se os 'brancos' estivessem em guerra com os índios e a estes últimos só restasse a fina faixa de terra que separa a cerca de uma fazenda e a beira de uma rodovia."

DESPEJO DA TERRA MÃE

Marcy Picanço
Repórter

Três dias antes do primeiro incêndio, em Laranjeira Nanderu, os indígenas haviam sido despejados de sua terra tradicional. As cerca de 35 famílias Guarani Kaiowá que viviam na aldeia Laranjeira Nanderu, no município de Rio Brillante, Mato Grosso do Sul, montaram suas barracas de lona à beira da BR-163. Sem água, sem lenha para fogueira, com pouca comida, eles são sempre ameaçados por veículos que passam em alta velocidade a poucos metros do acampamento.

Os indígenas viviam há quase dois anos em um pedaço de seu território tradicio-

nal ainda não demarcado. Apesar de não poderem plantar, porque a terra está em disputa, eles criavam pequenos animais, como galinhas, patos e porcos do mato. Também havia árvores frutíferas e fonte de água na área.

"Cumprimos a ordem da justiça, mas se algum carro atropelar alguma criança? Eu vou cobrar o delegado!", diz indignada a liderança da comunidade, Farid Guarani. O acampamento fica numa região de fluxo intenso de veículos em alta velocidade. Além do incômodo com o barulho intenso, será preciso controle constante para prevenir acidentes. As famílias decidiram ficar em frente ao seu tekohá (terra tradicional), pois não têm outro lugar para ir.

Demarcação das terras

A ordem para a reintegração de posse da área ocupada pelos indígenas foi dada pela Justiça Federal de Dourados. A Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Ministério Público Federal no Mato Grosso do Sul recorreram ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3). No dia 26 de maio, a Desembargadora Federal e Presidente do TRF3, Marli Ferreira, suspendeu a ordem de reintegração e deu 90 dias para a comunidade permanecer na área.

Nesse período, a Fundação Nacional do Índio (Funai) deveria realizar estudos para identificar se a área ocupada é território tradicional Guarani. Porém, os estudos não ocorreram. A principal razão é o clima

de perseguição aos antropólogos da Funai que persiste no sul do Mato Grosso do Sul. Eles necessitam de proteção policial para realizarem seu trabalho.

Além disso, uma decisão liminar do próprio TRF3º suspendeu os estudos dos Grupos de Trabalho de identificação de terras indígenas. Essa decisão, no entanto, foi derrubada há duas semanas.

Atualmente, não há impedimento legal para o início dos estudos antropológicos para identificação de terras Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul.

Sem resposta para demarcação

A comunidade Laranjeira Nanderu, atacada no dia 14 de setembro, continua acampada à margem da BR-163, próxima do

Da sombra ao assombro

Egon D. Heck
Cimi Regional MS

Naquele dia agitado de final do ano de 2007, Farid e seu grupo Kaiowá Guarani decidiram retornar a um pedaço de seu território tradicional no município de Rio Brillante. Já estavam acampados há quase dois anos, após serem expulsos, por jagunços, de um pedaço de suas terras na aldeia Lagoa Rica, município de Douradina.

Ficaram felizes quando ainda encontraram algumas árvores na beira do Rio Brillante. Ali fizeram seus barracos. Mais tarde vieram mais famílias que foram recebidas com a alegre sombra da natureza. Começou a partir de então um longo período de espera. Cabia à Funai fazer a identificação e regularização da terra. O Ministério Público Federal logo procedeu a um estudo preliminar, encontrando referências históricas e da expulsão dos índios deste local.

Lugar aprazível. Apesar da extrema carestia, do mínimo necessário para a sobrevivência, ali um pouco mais de uma centena de pessoas começavam um longo rosário de sofrimentos e esperança. Apesar de mortes por desassistência, atropelamento e mesmo suicídios diante das ameaças de expulsão, nada abalou a confiança e a certeza do grupo: essa terra é nossa e nela queremos viver e ser enterados como nossos antepassados.

Os dias foram passando e as ações e decisões judiciais se multiplicando. A cada pequena vitória uma celebração da vida. O espaço que efetivamente ocupam não passa de um hectare. Procuraram não ultrapassar os limites para não dar pretexto a pretensos proprietários. Em frente aos barracos apenas um pequeno pátio e um campinho de futebol. O espaço dos rituais ficou entre as árvores. No portão à beira

da estrada um grupo de seguranças, bem armados, impediam a entrada de qualquer pessoa. Os índios tinham que varar através das lavouras uns 1.500 metros até a estrada. Ali existe um acampamento dos sem terra. Com eles fizeram amizade e eram acolhidos nos barracos. Tinha até um ponto de reunião no barraco de dona Glória. Tinha também algum barraco dos indígenas. Ali receberam dezenas de delegações nacionais e internacionais que vinham conhecer essa dura realidade. Colocavam os visitantes na garupa da bicicleta e os transportavam até o local da moradia. Vários representantes da imprensa também assim chegaram até lá. Dava gosto de ver aquele desfile de bicicletas transitando em meio ao milharal.

Fui visitá-los algumas vezes. Era uma alegria contagiante ver aquelas crianças brincando livremente à sombra das árvores. Ao mesmo tempo era visível a inquebrantável confiança que alimentavam cada dia com os rituais e reuniões. Os vários prazos de despejo foram vencidos com a força dos Nhanderu (líderes religiosos) como seu Olimpio, com quem partilhei muitos passos na Marcha pela Terra e pela Vida, de 110 quilômetros, no início de agosto. Tiveram no Ministério Público um apoio fundamental. Fizeram milhares de amigos pelo Brasil e pelo mundo.

Agora os barracos que alimentaram tantas vidas e esperança serão provisoriamente destruídos pela ganância e injustiça. A partir de amanhã eles esperam continuar recebendo mais visitas e solidariedade, à beira da estrada para onde estão sendo tangidos. Da sombra agradável que os acolheram serão obrigados a ir ao assombro do outro lado da cerca, até os poucos metros de uma das estradas mais movimentadas do país, a BR 163. Ali animais e pessoas correrão o risco de morrerem atropeladas. Quem será o responsável?

Eles, juntamente com milhares de amigos e aliados do mundo inteiro clamarão por justiça. Com certeza poderão contar sempre com o apoio irrestrito e solidário dos amigos e companheiros do Cimi e muitíssimos outros que acreditam que conquistarão seus direitos e uma nova sociedade será possível e necessária. ■

Com apenas quatro dias de diferença, duas aldeias Guarani foram incendiadas no MS, a mando de fazendeiros. A comunidade Laranjeira Nanderu tinha acabado de ser despejada de sua terra tradicional



município de Rio Brillante. Segundo Farid, liderança do grupo de 35 famílias, durante a noite fogos de artifício são disparados na sede da fazenda. A fâsca dos foguetes atinge as barracas dos indígenas, queimando pedaços da lona que os protege.

O grupo tem recebido doações de alimentos das cidades vizinhas e nenhuma pessoa está doente, no entanto, continuam apreensivos quanto à segurança, pois o movimento na estrada é intenso. Além disso, eles não têm perspectiva de quando recomeçam os estudos para identificação

de suas terras. “A Funai não dá resposta sobre isso. Não fala nada de demarcação. Aí não sabemos até quando vamos viver assim”, questiona Farid.

O MPF destaca que por detrás de todas as violações aos direitos humanos dos índios está o conflito fundiário. Atualmente, não há impedimento legal para o trabalho dos grupos de estudo para identificação das terras Guarani, no entanto, sem a proteção da Polícia Federal, os integrantes dos grupos não têm segurança para atuar nas terras da região.

Xukuru preso desde 2008 ficará detido na sede da Funai

Marcy Picanço
Repórter

A liderança Rinaldo Feitoza Vieira, do povo Xukuru, que estava preso na delegacia da Polícia Federal em Caruaru (Pernambuco) desde março de 2008, foi transferida para o posto da Fundação Nacional do Índio (Funai) na terra Xukuru, município de Pesqueira. Ele seguirá cumprindo a prisão preventiva e respondendo ao processo sobre o assassinato do indígena José Lindomar de Santana, ocorrido em agosto de 2007. A transferência foi determinada no dia 8 de setembro, pela 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que concedeu, parcialmente, o pedido de *habeas corpus* a Rinaldo, impetrado pelo assessor jurídico do Cimi, Paulo Machado Guimarães.

Rinaldo foi acusado, junto com Edmilson Guimarães e Agnaldo Xukuru, de envolvimento no assassinato de José Lindomar de Santana. Após embates judiciais, Agnaldo foi impronunciado da acusação de ser o mandante do crime

por falta de provas, o que significa que ele não mais responde como acusado neste processo. Rinaldo e Edmilson Guimarães foram denunciados pela testemunha ocular do crime e poderão ser levados a júri popular. Este testemunho é questionado, pois o crime ocorreu às 2h de uma madrugada escura (lua nova), coberta pela neblina e em um local sem iluminação pública. Além disso, os verdadeiros atiradores usavam capacete. Rinaldo e Edmilson Guimarães têm residência fixa e bons antecedentes. Mesmo assim, estão em prisão preventiva desde o ano passado.

A defesa de Rinaldo deve requerer ao STJ a extensão da decisão em favor de Edmilson, para que ele também cumpra a prisão preventiva no posto da Funai. Atuam na defesa dos indígenas os advogados Sandro Lôbo, Gilberto Marques, Paulo Machado Guimarães e Denise da Veiga Alves.

As acusações contra essas lideranças Xukuru se inserem no contexto da criminalização deste povo. Atualmente, quase 40 lideranças do povo - incluindo o cacique Marcos Luidson - respondem a processos judiciais ou foram condenados pela justiça. ■

STJ anula prisão preventiva do cacique Pataxó Joel Braz

Marcy Picanço
Repórter

No dia 1º de setembro, a 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) anulou, por unanimidade, a prisão preventiva do cacique Pataxó, Joel Braz, que estava preso desde 2006 no posto da Fundação Nacional do Índio (Funai) na aldeia do povo, no sul da Bahia.

Desde 2002, a ação penal contra o cacique vinha tramitando na Justiça Comum, na Comarca de Itamaraju (Bahia). No entanto, a 5ª turma do STJ decidiu que o caso deve ser julgado pela Justiça Federal. Com isso, o processo será reiniciado e, portanto, todos os atos decisórios foram anulados, entre eles a prisão preventiva. A defesa de Joel já havia requerido essa transferência de competência em 2006, pois o crime pelo qual Joel é acusado ocorreu num contexto de conflito territorial.

Os advogados de Joel já requereram ao STJ que a decisão seja



comunicada diretamente à comarca de Itamaraju, para que o cacique seja posto em liberdade o quanto antes. Com isso, também diminuirá a angústia e a tensão que pesam sobre a comunidade Pataxó desde a prisão de Joel. Atuam na defesa de Joel Braz os advogados Cláudio Luiz Beirão, Paulo Machado Guimarães, Michael Mary Nolan e Denise da Veiga Alves.

Histórico

O cacique é acusado por um assassinato ocorrido em dezembro de 2002, e o caso tem sido tratado como um crime comum. A comunidade Pataxó, no entanto, assegura que a morte do funcionário de uma fazenda ocorreu no contexto de disputa pela terra. Os Pataxó retomaram, no final dos anos 1990, o Parque do Monte Pascoal, e seguem lutando pela posse das áreas vizinhas e pela demarcação completa de suas terras. Os advo-

gados de defesa de Joel Braz haviam solicitado, no Habeas Corpus, que o caso fosse transferido para a responsabilidade da Justiça Federal. "A Justiça Estadual não é competente porque o homicídio não foi motivado por um desentendimento momentâneo, mas está relacionado à disputa de terras entre indígenas e fazendeiros", afirmou o assessor jurídico do Cimi, Paulo Machado Guimarães, em sustentação oral durante o julgamento do STJ. ■

**País
Afora**

Censo IBGE – Concentração de terras no país é a mesma há 20 anos

O Censo Agropecuário de 2006, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que a concentração da terra é a mesma há 20 anos no país. Nos levantamentos anteriores, fazendas com mais de mil hectares, consideradas latifúndios, já ocupavam 43% da área total. Terras com menos de dez hectares ocupavam apenas 2,7% do total. A atividade

mais comum encontrada nas fazendas é a criação de bovinos, identificada em 30% das áreas.

A concentração de terras só não foi maior pelas demarcações de terras indígenas e pela criação de reservas ambientais. O estado de Roraima teve a maior queda do índice de terras, visto que grande parte do território é constituído por reservas indígenas. (Agência Chasque)

Assine o PORANTIM

EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Formas de Pagamento:

BANCO BRADESCO

Agência: 0606-8 – Conta Corrente: 144.473-5

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Envie cópia do depósito por e-mail, fax (61-2106-1651) ou correio e especifique a finalidade do mesmo.

Se preferir pode enviar CHEQUE por carta registrada nominal ao CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, para o endereço:

SDS – Ed. Venâncio III, Salas 309/314 – CEP: 70393-902 – Brasília-DF

– Para a sua segurança, se for enviar cheque, mande-o por carta registrada!

– Comunique sempre a finalidade do depósito ou cheque que enviar.

– Inclua seus dados: nome, endereço, telefone e e-mail.

P R E Ç O S

Ass. anual: R\$ 40,00

*Ass. de apoio: R\$ 60,00

América Latina: US\$ 40,00

Outros países: US\$ 60,00

* COM A ASSINATURA DE APOIO VOCÊ CONTRIBUI PARA O ENVIO DO JORNAL A DIVERSAS COMUNIDADES INDÍGENAS DO PAÍS.

Solicite sua assinatura pela internet: adm.porantim@cimi.org.br

Encontro sobre educação escolar indígena

Caciques, professores e demais lideranças indígenas realizam Encontro com mais de 200 pessoas na terra indígena Araribóia, no Maranhão, nos dias 28 a 30 de agosto

Rosimeire Diniz

Coordenadora Cimi Regional Maranhão



Povo Arara do Rio Guariba quer que Funai proceda a demarcação de sua terra tradicional

O Cacique geral do povo Arara do Rio Guariba, **Francisco das Chagas Paulo Arara**, esteve em Brasília no mês de setembro para reivindicar, na Fundação Nacional do Índio (Funai) a formação de um grupo técnico (GT) para fazer os estudos de sua área tradicional. Desde 2001 o povo briga por sua área, que está invadida por madeiras ilegais, plantações e criação de gado.

Em junho deste ano, Francisco esteve em Brasília para cobrar o mesmo assunto. Segundo o indígena, a Funai chegou a prometer, mas até agora não houve sequer a formação do GT para o estudo. “A Funai quer civilizar o índio pra gente ficar que nem branco”, afirma o cacique.

De acordo com Francisco Arara, restavam na área cerca de 120 pessoas do povo Arara do Guariba, mas ele sabe que o resto do povo se espalhou para a região amazônica, e que somando os que saíram, são cerca de 950 pessoas.

“Agora não tem mais índio lá na terra que é nossa, porque o povo está com medo. Estão todos na cidade, recebendo uma cesta básica da Funai por mês, sem ter como trabalhar na terra”, afirma Francisco. Ele denuncia que existe fazendeiro cobrando para indígenas trabalharem na terra. O cacique ficou uma semana em Brasília e esperava levar boa notícia para o povo. ■

Aproximadamente 200 pessoas, representando mais de 50 aldeias, participaram do encontro realizado na aldeia Lagoa Quieta, cerca de 30 km da cidade de Amarante do Maranhão. A matriarca Maria Santana, junto com sua comunidade, preparou a estrutura para receber os convidados, cuidando para que cada parente se sentisse à vontade. Por outro lado, cada delegação indígena ficou responsável para chegar por conta própria até o local do encontro.

Foi um grande passo desse povo em busca de sua autonomia e organização. O encontro foi um momento rico, forte e muito importante para o fortalecimento organizacional do Povo Guajajara, dessa terra que agora começa a se encontrar como Povo, buscando juntos resolver seus problemas. Diante dos desafios que estão enfrentando, deixaram de lado suas divergências e, de forma unida, discutiram a situação da educação escolar indígena em suas aldeias. Foram dois dias e meio de reflexão, intercâmbio e desafios.

O encontro contou com a participação importante dos Caciques Marcos Xukuru

e Lourenço Krikati, que deram sua valiosa contribuição ajudando aos indígenas Guajajara a refletirem sobre educação e organização indígena. O Cacique Xukuru contou aos participantes a trajetória de luta do seu povo, desde o primeiro momento de organização até os dias atuais. O Povo Guajajara ouviu com atenção e refletiu sobre sua própria história.

O encontro era sobre educação indígena, mas o povo aproveitou para falar de todos os assuntos, assim como na integralidade da vida dos povos indígenas. Dessa forma, agradeciam ao Cacique Marcos, dizendo que ele trouxe luz para as comunidades, pois estas se encontravam na escuridão. Ficaram impressionados com a luta dos Xukuru diante dos assassinatos e criminalização das lideranças do povo. Em contraponto, lamentavam por nunca terem feito nada diante dos 57 indígenas Guajajara assassinados nos anos 80, sobretudo por conta da exploração ilegal de madeira nas suas terras.

Impressionaram-se em saber que o povo Xukuru tem seus conselhos locais de educação e saúde indígena, e que são os próprios professores e agentes de saúde que arcam com as despesas de suas reuniões, contribuindo mensalmente com sua organização.

No momento seguinte, analisaram a educação escolar que é praticada nas suas aldeias, e constataram que a mesma é uma reprodução da educação das escolas dos não-indígenas. Em trabalho de grupo, avaliaram essa educação escolar, e pensaram a educação que eles querem para o futuro do povo, indicando algumas pistas de como irão se organizar para atingir a educação que precisam.

Sem dúvida foi um grande passo que o Povo Guajajara da terra indígena Araribóia deu para resolver seus problemas de forma coletiva. Criaram uma comissão formada por duas pessoas de cada um dos cinco Postos Indígenas existentes na Terra. Essa comissão vai animar a criação dos conselhos locais de educação e encaminhar as outras propostas do encontro. Aproveitaram também o momento para fortalecer a Comissão da Terra Indígena Araribóia, criada no início do ano passado. Essa Comissão tem a função de discutir todos os assuntos que atingem a vida do povo.

E assim, a cada intervalo de discussão os indígenas balançavam o maracá e cantavam suas músicas tradicionais com muita animação, valorizando os cantores mais velhos e acolhendo os jovens que estão aprendendo a cantar, revitalizando sua cultura.

Fotos: Luis Carlos e Lourenço Krikati



Participantes no encontro de professores indígenas no Maranhão

Documento Final do primeiro encontro sobre educação indígena

Nós, caciques, professores e demais lideranças indígenas da T. I. Araribóia, estivemos reunidos entre os dias 28, 29, 30/08/2009, na Aldeia Lagoa Quieta/PIN Araribóia com a finalidade de discutirmos sobre a educação escolar indígena em nossas aldeias. Constatamos que ainda temos uma educação escolar no modelo das escolas dos não indígenas que não atende as nossas necessidades e nem as nossas especificidades. Pois faltam escolas, material didático e permanente, acompanhamento pedagógico, merenda escolar que atrasa e muitas vezes chega vencida.

Diante dessa realidade decidimos:

1. Criar conselhos locais de educação;
2. Elaborar um único Projeto Político Pedagógico para a T.I. Araribóia;
3. Realizar um diagnóstico da situação das escolas indígenas na T.I. Araribóia;
4. Motivar a participação da comunidade na vida da escola e a escola na vida da comunidade;
5. Participar na escolha da direção das escolas;
6. Lutar pela formação superior para os professores indígenas;
7. Conhecer o processo de reconhecimento das escolas indígenas na T.I. Araribóia;
8. Trabalhar a formação do professor indígena para ter mais compromisso com o seu povo;
9. Lutar por um transporte escolar que atenda a demanda das comunidades e melhoria nas vias de acesso às escolas indígenas.

Conflitos no campo diminuem, mas violência cresce!

Cristiane Passos
Jornalista CPT

De janeiro a junho de 2009, o total dos Conflitos no Campo – conflitos por terra, por água e trabalhistas – são 366, envolvendo 193.174 pessoas, com 12 assassinatos, 44 tentativas de assassinato, 22 ameaças de morte, seis pessoas torturadas e 90 presas. Destes 366 conflitos, 246 são conflitos por terra, envolvendo 25.490 famílias. Destas, 393 foram expulsas da terra por ação dos proprietários e seus jagunços e 4.475 foram despejadas por ação judicial. Estes dados ainda são parciais.

Em números absolutos observa-se uma sensível diminuição das ocorrências. Em igual período de 2008, computavam-se 678 conflitos, com envolvimento de 301.234 pessoas. O número de assassinatos era de 13, o de tentativas de assassinato 32; o de ameaçados de morte 38; e o de pessoas torturadas duas. No mesmo período só os conflitos pela terra eram 468, envolvendo 45.947 famílias, tendo sido expulsas 1.079 famílias e 6.542 despejadas. Pelos dados acima, em número absolutos, em 2009, só houve crescimento no número de tentativas de assassinato: 32, em 2008; 44 em 2009 e no número de pessoas torturadas, duas em 2008 e seis em 2009.

Mas números relativos revelam outra história. A média de pessoas envolvidas nos conflitos é maior em 2009. A média nacional, em 2008, era de 445 pessoas envolvidas a cada conflito. Em 2009, este número salta para 528. Mas é em relação à violência que se sente um crescimento para além de preocupante. Até 30 de junho de 2009, registrou-se 1 assassinato para cada 30 conflitos; 1 tentativa de assassinato para cada 8 conflitos; 1 torturado a cada 61 conflitos; 1 preso a cada 4 conflitos; 1,5 famílias expulsas a cada conflito por terra e 18 despejadas.

Enquanto que em 2008 computavam-se os seguintes números: 1 assassinato a cada 52 conflitos; 1 tentativa de assassinato a cada 21 conflitos; 1 torturado a cada 339 conflitos; 1 preso a cada 6 conflitos; 2,3 famílias expulsas a cada conflito por terra e 14 despejadas.

Geografia da violência no campo brasileiro

O Centro-Oeste é a região que foi palco de maior violência, não só em números relativos, mas também em números absolutos: 3 assassinatos em 2009 (1 em 2008); 13 tentativas de assassinato (0 em 2008); 80 famílias expulsas (0 em 2008); 1.200 famílias despejadas (455 em 2008). A região Sudeste apresentou um crescimento no número de assassinatos (0 em 2008, 2 em 2009); nas tentativas de assassinato (1 em 2008, 5 em 2009), e no número de prisões (3 em 2009, 0 em 2008). Também o número de famílias expulsas passou de 49, em 2008, para 63 em 2009. Na região Nordeste as tentativas de assassinato cresceram de 14, em 2008, para 16 em 2009 e o número de famílias despejadas passou de 1.111 para 1.858. A região Norte continua com o maior número de assassinatos: 6, inferior, porém, aos 10 registrados em igual período de 2008. Houve um crescimento, também, no número de tentativas de assassinato, de 14 em 2008 para 16 nesse ano.

Além disso, as regiões Nordeste e Sudeste apresentaram um aumento preocupante nos casos de pistolagem. A CPT registra como pistolagem, o número de famílias que sofreram, de alguma forma, ação por parte de pistoleiros. Seja com ameaças, agressões ou qualquer forma de pressão e violência. Enquanto no ano de 2008, no Nordeste computavam-se 1.058 famílias atingidas por pistolagem, em 2009 esse número salta para 2.139, um aumento de 102%. No estado da Bahia o número saltou de 102 em 2008, para 744 em 2009, um aumento de quase



630%. Já no Ceará, passou de 200 em 2008 para 900 em 2009. 350% a mais. Em Pernambuco, em 2008 foi registrada apenas uma família atingida por essa prática, mas em 2009 o número passou para 200 famílias. A região Sudeste, que em 2008 não apresentou nenhum caso de famílias submetidas à ação de pistoleiros, em 2009 registrou 131 somente em Minas Gerais. Isso mostra a inoperância dos órgãos competentes em punir esta prática por parte de grandes fazendeiros e empresas rurais.

Trabalho Escravo

No primeiro semestre de 2009 foram registradas 95 denúncias de trabalho escravo, com 3.180 pessoas envolvidas das quais 2.013 foram libertadas. Os estados do Acre, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Tocantins e Bahia apresentaram, neste período, números maiores de trabalhadores escravizados e libertados do que todo o ano de 2008.

A região Sudeste, ao final do primeiro semestre de 2009, somava 786 pessoas libertadas, número maior do que o correspondente a todo o ano de 2008, 555. Nesta região se concentraram 39% do total de resgatados em 2009. O Nordeste representou 28,8% das pessoas resgatadas e a região Norte 21,9%.

Um dado que chama atenção é o número de menores de idade nos casos de

trabalho escravo. Enquanto no primeiro semestre de 2008, havia 16 menores envolvidos, em 2009, no mesmo período, foram registrados 88. Quase um menor de idade para cada conflito.

O que os números não revelam

O mais preocupante não é revelado pelos números. É toda uma orquestração maior que tenta criminalizar qualquer ação, por mais legítima que seja, colocando os trabalhadores do campo, sobretudo os sem-terra, na mira dos poderes constituídos. O que significou a ação do Governo do Rio Grande do Sul que, atendendo proposta do Ministério Público Estadual, que mandou fechar as escolas itinerantes dos acampamentos, se não uma tentativa de inviabilizar a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)? O que queria o presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, quando propôs a criação de uma força-tarefa para dar prioridade ao julgamento dos conflitos fundiários e ao querer jogar a responsabilidade sobre o governo federal por repassar recursos aos movimentos que seriam desviados para “ações criminosas”? O que dizer diante da atitude da polícia do Pará que ao prender trabalhadores, participantes de ação contra a Hidrelétrica de Tucuruí, que com eles desfilou pela cidade como se estivessem a apresentar um troféu? O que imaginar da crueldade com que foram tratados sem-terra na Paraíba que tiveram seus bens destruídos, ameaçados de serem queimados vivos, pois sobre eles foi jogada gasolina, e que acabaram presos, acusados de causadores da violência que sofriram? E nos últimos dias as torturas aplicadas a sem-terras presos, em São Gabriel (RS) e as agressões e humilhações sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras, que culminaram com o assassinato de mais um companheiro que sonhava com um pedaço de chão de onde tirar o sustento? ■

(trecho do texto publicado pela Comissão Pastoral da Terra)

Conflitos no campo. A luta pela reforma agrária ainda é muito criminalizada em todo país e sofre todo tipo de violência



Entre a Constituição e a coligação

Frei Betto
Sociólogo

O governo Lula encontra-se num dilema hamletiano: respeitar a Constituição e desagradar o maior partido de sua coligação eleitoral, o PMDB, ou agradar os correligionários de José Sarney e desrespeitar a Constituição.

A Constituição Brasileira de 1988 traz, no bojo, inegável caráter social. Falta ao Executivo e ao Legislativo passá-lo do papel à realidade. Uma das exigências constitucionais é a revisão periódica – a cada 10 anos – dos índices de produtividade da terra. Eles são utilizados para classificar como produtivo ou improdutivo um imóvel rural e agilizar, com transparência, a desapropriação das terras para efeito de reforma agrária.

Os índices atuais são os mesmos desde 1975! Os novos seriam calculados com base no período de produção entre 1996 e 2007, respaldados por estudos técnicos do IBGE, da Unicamp e da Embrapa. Os índices também serviriam de parâmetro para analisar a produtividade em assentamentos rurais.

Inúmeros ruralistas, latifundiários e empresários do agronegócio não querem nem ouvir falar de revisão dos índices de produtividade. É o reconhecimento implícito de que predominam no Brasil grandes propriedades rurais improdutivas e que, portanto, segundo a Constituição, deveriam ser desapropriadas para beneficiar a reforma agrária.

Na quarta, 12 de agosto, dirigentes do MST e ministros do governo Lula



Foto: Maira Heinen

reuniram-se em Brasília. O MST havia promovido, nos dias anteriores, uma série de manifestações, consciente de que governo é que nem feijão, só funciona na panela de pressão. Além de reivindicar a revisão dos índices de produtividade da terra, o MST, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) querem a reposição do corte de R\$ 550 milhões feito este ano no orçamento do Incra, quantia destinada à obtenção de terras para a reforma agrária.

O representante do Ministério da Fazenda declarou que a crise é grave, a arrecadação diminuiu entre 30% e 50% no primeiro semestre deste ano, e que o governo tem dificuldades de repor o orçamento do Incra, embora conste da lei orçamentária aprovada pelo Congresso.

Os trabalhadores rurais querem apenas que se cumpra a lei. É impossível acreditar que o Ministério da Fazenda não tenha recursos. Se fosse verdade, não teria desonerado impostos de outros setores da sociedade, como a indústria automobilística, cujo IPI mereceu desoneração de cerca de R\$ 20 bilhões,

e o depósito à vista dos bancos, que possibilitou a eles reter, em seus cofres, R\$ 80 bilhões. O governo tem dinheiro, mas reluta em investir na reforma agrária e na pequena agricultura.

A reforma agrária viria modernizar o capitalismo brasileiro. Inclusive conter os reflexos da crise financeira mundial no setor agrícola. No Brasil, a crise afetou a produção de soja, algodão e milho, e reduziu o preço das commodities e a taxa de lucro dos produtores rurais. Mas quem pagou a conta foram os trabalhadores rurais assalariados. Cerca de 300 mil ficaram desempregados.

O agronegócio é o modelo de produção que expulsa mão de obra porque adota a mecanização intensiva. Que rumo tomaram os desempregados? Vieram engrossar o cinturão de favelas em torno das cidades, viver de bicos, enquanto seus filhos são tentados e assediados pela criminalidade. Por que o governo não assentou essa gente?

O Brasil é, hoje, o maior consumidor mundial de agrotóxicos. Na safra passada, jogaram 713 milhões de toneladas de veneno sobre o nosso solo, a nossa água e os nossos alimentos. Enquanto

umentam as exportações, aumenta também a produção de alimentos contaminados, responsáveis pela maior incidência de enfermidades letais, como o câncer. É preciso mudar o atual modelo agrícola, prejudicial ao meio ambiente e à agricultura familiar.

O prazo dado pelo presidente Lula para a revisão dos índices de produtividade da terra expirou em 2 de setembro, sem que o Planalto se posicionasse. A decisão sobre a atualização havia sido tomada em 18 de agosto, numa reunião de Lula com ministros, da qual não participou o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes. Na ocasião, foi estipulado um prazo de 15 dias.

A portaria de revisão dos índices precisa ser assinada por Stephanes e pelo ministro Guilherme Cassel, do Desenvolvimento Agrário, a tempo de entrar em vigor em 2010. Segundo a assessoria do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Cassel rubricou a medida um dia após a promessa feita por Lula, e a encaminhou a Stephanes.

O ministro da Agricultura, pressionado pela bancada do seu partido, o PMDB, já se manifestou publicamente contrário à proposta e não assinou a portaria. Resta ao presidente Lula decidir-se entre a Constituição, que ele assinou como constituinte e tem por obrigação respeitar, e o setor do PMDB que ainda encara o Brasil como um imenso latifúndio dividido entre a casa-grande e a senzala. ■

País Afora

Via
Campesina
em Brasília
no mês de
agosto. Entre
as principais
reivindicações
estava a
questão da
revisão dos
índices de
produtividade

A VIDA DOS POVOS

A solidariedade Tembé

Luiz Cláudio Teixeira
Cimi Regional Norte 2

Em Santa Maria do Pará, cidade distante cerca de 150 KM de Belém capital do Estado do Pará, vive um povo que luta há muitos anos para ter de volta suas terras. São aproximadamente 150 famílias de índios Tembé divididos em duas comunidades, Jeju e Areal. Suas terras são cortadas por duas rodovias federais a BR 010 (Belém-Brasília) e a BR 316.

Oficialmente sua luta já tem oito anos. Oficialmente, mas sua presença na região é registrada desde o início do Século XX. A História dos Tembé de Santa Maria do Pará se assemelha muito à de outros povos indígenas no Brasil. São discriminados por serem índios e também são discriminados por terem

perdido os traços que, segundo muitos antropólogos, os distinguiriam da população local.

Mas nem mesmo isso tem desanimado aos Tembé. Por ocasião do assassinato do grande cacique Chicão Xucuru em Pernambuco, eles estiveram lá na serra do Ororubá, para levar sua solidariedade aos parentes distantes. Já estiveram em Santarém onde mais 13 etnias lutam por terem suas terras reconhecidas na região dos rios Tapajós e Arapiuns no baixo-Amazonas, no estado do Pará, e foram juntos com os índios da região até o MPF de Santarém, cobrar medidas em favor dos seus parentes.

Estiveram em Belém por ocasião do Grito dos Excluídos 2009 e numa das periferias mais pobres e violentas de Belém, deixaram seu recado. Para além dos laços com os parentes, os Tembé



Foto: Equipe Cimi Norte II



têm se articulado também com outros movimentos sociais.

A Via Campesina tem sido o espaço privilegiado desta articulação. Já por diversas vezes camponeses e indígenas do Pará estiveram acampados para protestar e defender seus territórios. Dez dias depois de participarem da festa do moqueado na aldeia Itaputire na Reserva Indígena Alto Rio Guamá, onde junto com os parentes de outras terras celebraram sua cultura e firmaram compromisso de apoiar uns aos outros na

busca de seus direitos. Recepcionaram na noite de 6 de agosto a marcha da Via Campesina que passou pela cidade de Santa Maria do Pará rumo a Belém, capital do Estado.

Os Tembé também estiveram no encontro Xingu Vivo para Sempre. Milhares de quilômetros longe de suas terras e lá ouviram seus parentes dizerem que não queriam a barragem no rio Xingu.

Na Amazônia dos povos livres, os Tembé mostram que a solidariedade resiste! ■

Os Tembé em ritual no antigo cemitério do povo. Passo importante para o auto reconhecimento

Uma lição dos povos indígenas

Saulo Ferreira Feitosa
Secretário Adjunto do Cimi

Na edição do dia 9 de agosto de 2009 o programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, apresentou uma longa reportagem sobre o ritual de batismo do povo indígena Tuyuka, habitante do Estado do Amazonas, na fronteira com a Colômbia. O Yeriponá baseriwi, ritual de dar o nome, não era realizado há 40 anos. Por essa razão, ao retomarem essa prática, os indígenas recuperam um bem cultural valioso do qual haviam sofrido uma alienação forçada.

O rito de iniciação é a “porta de entrada da criança na sua sociedade”, na verdade, trata-se de um segundo nascimento, o nascimento cultural, onde toda a comunidade acolhe o neonato e imprime nele a sua marca, a identidade Tuyuka que será culturalmente construída a partir de seu ingresso na vida do povo. Ao nascimento biológico são acrescentadas as marcas do humano, simbolizadas através de muitos signos que expressam a identidade do grupo.

Segundo Paulo Suess, “os ritos e costumes de socialização indígena variam bastante de um povo para outro. O que não varia é a atenção comunitária que o indivíduo experimenta ao nascer em uma aldeia indígena”⁽¹⁾.

Como bem demonstrou a reportagem acima referida, no ritual do batismo há um compromisso assumido por toda a comunidade. Todos assumem publicamente a responsabilidade em cuidar da criança e ajudá-la a inserir-se na vida social e cultural. Dessa forma, aos adultos cabe o papel de, juntamente com os pais, transmitir à criança os seus usos, costumes e tradições, procurando sempre fortalecer os vínculos de identificação dela com seu meio. Nas imagens mostradas pela TV, durante o ritual a criança passou de colo em colo, sendo acariciada, sentida, protegida e desejada por cada mãe da comunidade

e, por último, acolhida pela anciã do povo que lhe pronunciou palavras de boas vindas ao seio comunitário.

É possível imaginar a surpresa causada aos portugueses os bons costumes indígenas em cuidar bem de seus filhos, pois na Europa os costumes eram bem diferentes. As crianças, em geral, eram submetidas a castigos humilhantes e espancamentos. Além do mais, era grande o número de recém-nascidos jogados pelas ruas das cidades e lugares ermos que acabavam por morrer sem socorro. Em razão disso, no ano de 1675 foi fundada em Lisboa a casa dos expostos para acolher os filhos enjeitados.

A casa dos expostos foi uma instituição criada na Idade Média com a finalidade de combater a prática do infanticídio. No local, havia uma roda giratória onde as pessoas podiam abandonar as crianças com a garantia de ter preservado o anonimato. Sua origem está associada a uma iniciativa do papa Inocêncio III. Chocado com o grande número de bebês que apareciam mortos no rio Tibre, o papa criou, em Roma, o primeiro hospital para acolher as crianças abandonadas e assisti-las.⁽²⁾

Pesquisas históricas, referentes aos séculos XVIII e XIX, confirmam o abandono e morte de crianças, em larga escala, também no Brasil, nas cidades mais populosas de então, a exemplo do Rio de Janeiro, Salvador e Recife. De acordo com a historiadora Alcileide Nascimento, “foram os portugueses que introduziram esse costume na vida colonial, pois entre os povos indígenas e africanos não existe registro de que fosse uma prática recorrente”.⁽³⁾

Constatação semelhante irá fazer Maria Luiza Marcílio, também historia-



Fotos: Maria Heinzen



dora. Ao analisar documentos sobre a exposição de crianças no período de 1785-1830 no Estado de São Paulo, informa que “em Ubatuba, por exemplo, vila predominantemente constituída de pequenas roças de subsistência, dificilmente o caiçara abandonava seus filhos. Vai aí também, com certeza, forte influência do índio nessa população de mamelucos, pois aquele nunca expunha seus bebês” [grifo nosso].⁽⁴⁾ Isso nos leva a crer que já naquela época a prática do infanticídio entre os indígenas fosse restrita a povos ainda em situação de isolamento, em geral nômades, já que não havia registro de casos entre os povos aldeados.

Somente a partir do terceiro século do período colonial a problemática da criança passou a ser enfrentada pela administração pública no Brasil. Antes

disso, parecia haver certa “naturalização” das práticas de abandono dos recém-nascidos, não obstante a grande quantidade daqueles que morriam pelas ruas e calçadas, geralmente atacados por cães e porcos ou pisoteados pelos cavalos que transitavam facilmente pelos becos onde os bebês eram deixados. Nesse período, foi instituído no Brasil o uso da roda dos expostos. No total, 13 casas estiveram em atividades desde a Colônia até a República. A casa dos expostos de São Paulo manteve-se aberta até o ano de 1950.

Essas referências históricas contestam a idéia do infanticídio enquanto prática tradicional nociva dos povos indígenas, como pretende o deputado Henrique Afonso, em Projeto de Lei de sua autoria (PL1057/2007). Pois como se vê, lamentavelmente, trata-se de prática comum às mais variadas culturas, inclusive às grandes civilizações antigas da Grécia e Roma onde era permitida.

Refletindo sobre a situação de abandono de crianças no passado, não podemos nos esquecer da realidade social da infância na atualidade. A cada dia somos confrontados com o crescimento do número de menores infratores, das crianças utilizadas pelo tráfico de drogas, das vítimas das práticas de pedofilia e exploração sexual infantil, além daquelas que ajudam seus pais na degradante tarefa de catar lixo nos grandes lixões ou são submetidos aos exaustivos trabalhos na zona rural, dentre outros. Os povos indígenas, paradoxalmente denominados selvagem, uma maneira preconceituosa de a eles nos referirmos, nos ensinam que lugar de criança é na aldeia, no seio da família, aonde o Menor é BEM AMPARADO. ■



(1) SUESS, Paulo. Povos da madrugada em busca de alternativas. In *Outros 500: construindo uma nova história*. Conselho Indigenista Missionário – Cimi. São Paulo: Editora Salesiana, 2001, p. 196

(2) MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos Expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. In De FREITAS, Marcos César. *História Social da Infância no Brasil*, 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2009, p.56.

(3) NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. *A Sorte dos Enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832)*. São Paulo: Annablume: FINEP, 2008. p.50.

(4) MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos Expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. In De FREITAS, Marcos César. *História Social da Infância no Brasil*, 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2009, p.72.

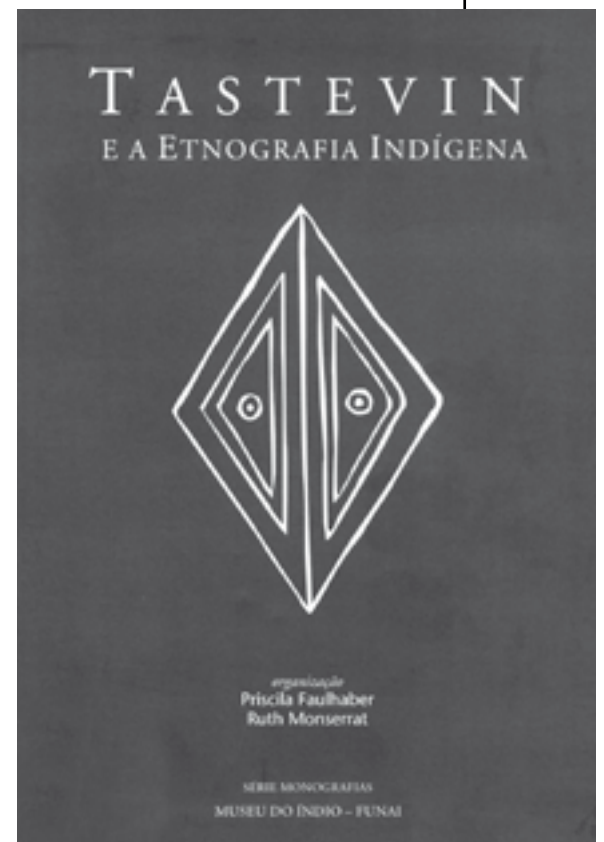
TASTEVIN e a Etnografia Indígena

Leda Bosi
Sedoc

O livro reúne textos do padre francês Constant Tastevin, missionário da Congregação do Espírito Santo, que esteve no Brasil entre 1905 e 1926, visitando povos indígenas da Amazônia Ocidental. Suas descrições etnográficas são reconhecidas entre especialistas e foram publicadas dispersamente em revistas européias, sobretudo em francês. O trabalho de tradução, anotação e seleção dos textos da coletânea brasileira reuniu especialistas em etnografia e lingüística indígena. Seus trabalhos no campo da política indígena e indigenista são ainda hoje citados em estudos de identificação de terras indígenas para demarcação pelo órgão oficial indigenista e utilizados na bibliografia especializada e publicações de interesse público sobre os povos indígenas na Amazônia.

Os relatos são acompanhados de coleções de artefatos, vocabulários de línguas indígenas e transcrições de narrativas míticas, no espírito de preservar nos museus e institutos europeus as marcas das sociedades classificadas como primitivas, cujos dias se imaginavam contados diante do avanço da civilização. Na introdução do livro, uma das organizadoras, Priscila Faulhaber, ao analisar o conjunto da coletânea, focaliza a contribuição do autor nas anotações geográficas, nas observações etnográficas e lingüísticas e na tradução de termos da língua geral para o francês, mencionando também os nomes brasileiros e hispânicos. Tastevin examinou aspectos da ocupação humana e das atividades econômicas da região e destacou características da colonização portuguesa e da migração nordestina, focalizando principalmente a presença indígena. Neste texto introdutório a autora esclarece ainda que, embora atualmente não se possa concordar

com parte das opiniões de Tastevin quando este analisa a forma de viver dos indígenas, deve-se considerar que esse conjunto de textos corresponde à visão de Tastevin sobre a região e as culturas indígenas em Tefé no momento em que lá viveu e atuou como missionário, etnógrafo e indigenista. Os textos reunidos no livro correspondem a um gênero de etnografia missionária muitas vezes confinada nos arquivos eclesiásticos ou nas revistas de ordens religiosas e constituem documentos importantes para o estudo comparativo da história do indigenismo na Amazônia. No estudo que fez sobre a região do Solimões e em especial sobre os índios Mura da região de Autaz, trocou informações com Curt Nimuendaju sobre suas próprias pesquisas e o antropólogo, ao fazer sua segunda viagem aos Mura para preparar um texto sobre esse povo, afirmou que não teria muito que fazer porque Tastevin já vira “mesmo tudo quanto era digno de ser observado”. ■



Coletânea de textos produzidos em Tefé (AM)
Organização: Priscila Faulhaber e Ruth Monserrat
Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2008
213 p.

Indígenas preparam Minga Global pela Mãe Terra

Agência Adital

Os movimentos indígenas de todo o mundo se preparam para a Minga Global pela Mãe Terra, de 12 a 16 de outubro, sob o lema “Salvemos o Planeta”. Os grupos farão mobilizações em comunidades, cidades urbanas e rurais, por demandas específicas locais e nacionais. Assembléias ajudarão na articulação de estratégias para a Conferência do Protocolo de Kyoto, prevista para dezembro de 2009, em Copenhague.

A Coordenadoria Andina de Organizações Indígenas (CAOI) propôs a difusão de um manifesto, resultante do evento, com alternativas para deter a catástrofe climática e ambiental global. O objetivo é apresentar propostas concretas de mudanças climáticas diante da Convenção de Mudanças Climáticas, Convenção de Diversidade Biológica, ONU (Organização das Nações Unidas), Comissão Inter-Americana de Direitos Humanos e entidades similares de outros continentes.

Os indígenas vão destacar a necessária construção de um Tribunal de



Justiça Climática. Eles querem que esse tribunal “julgue as empresas transnacionais e os governos cúmplices que depredam a Mãe Natureza, saqueiam nossos bens naturais e vulneram nossos direitos, como o primeiro passo até uma Corte Internacional sobre Delitos Ambientais”.

O movimento global foi lançado durante o Fórum Social Mundial 2009 - em Belém, Brasil - e ratificado na 4ª Cúpula Continental de Povos e Nacionalidades Indígenas do Abya Yala - em Puno, Peru, de 27 a 31 de maio. Durante a Cúpula, foi assinada a Declaração de Mama Quta Titikaka. O documento foi assinado por 6.500 delegados das organizações representantes dos povos indígenas originários de 22 países do Abya Yala e povos irmãos da África, Estados Unidos,



Canadá, Círculo Polar e outras partes do mundo.

No documento, os indígenas propuseram uma alternativa de vida “frente à civilização da morte, recorrendo a nossas raízes para projetarmos o futuro, com nossos princípios e práticas de equilíbrio entre os homens, mulheres, Mãe Terra, espiritualidades, culturas e povos, que denominamos Bom Viver / Viver Bem”.

O grupo exige a defesa da soberania alimentar, priorizando o cultivo nativo, o consumo interno e as economias comunitárias. “Mandato para que nos-

as organizações aprofundem nossas estratégias de Bom Viver e as exercitem a partir dos nossos governos comunitários”, diz o texto.

A Minga Global pela Mãe Terra é uma mobilização mundial contra a contaminação, a mercantilização da vida e os bens naturais, a militarização e a criminalização social. “Minga” é uma palavra kichwa, que significa trabalho ou ação comunitária, coletiva, conjunta, solidária.

Semana de Mobilização

A primeira Semana de Mobilização Global aconteceu em 2008. O intuito da agenda é que o evento aconteça em anos alternados com o Fórum Social Mundial (FSM). Em caráter de urgência das discussões é que está sendo realizada a Semana neste ano, já que já houve o FSM no início de 2009. Mas, posteriormente, as Mobilizações Globais devem acontecer nos meses de janeiro. ■

Ameríndia

Indígenas da América Latina reunidos na IV Cumbre Continental Indígena. Do encontro já saíram documentos pedindo o respeito à Mãe Terra

MURA

OS GUERRILHEIROS DA AMAZÔNIA

Benedito Prezia
Historiador

O povo Mura, não sem razão, foi chamado de *ciganos aquáticos*. Na época das cheias, viviam circulando em suas canoas pelos rios Purus, Madeira e médio Solimões. E na seca, acampavam nas praias, vivendo em simples abrigos.

Com uma população estimada, no início do século 17, em 60 mil pessoas, foi um dos povos que mais resistiu à conquista portuguesa, que avançava pela região amazônica, disputando com os espanhóis, a imaginada fronteira traçada pelo meridiano de Tordesilhas.

Com a destruição do povo Manao, do médio Solimões, sentiram-se mais livres para ocupar a parte ocidental da Amazônia, dificultando a comunicação entre o Pará e o Mato Grosso, que começava a ser feita pelos portugueses através do rio Madeira.

Pouco sucesso tiveram os jesuítas em aldeá-los, ocorrendo apenas o aldeamento de Abacaxis, no baixo Madeira. Este empreendimento era vital para os conquistadores, pois como escrevia, em 1775, o governador Francisco Xavier Sampaio, sem os aldeamentos “a [um] nada se reduzirão as colônias, e os esta-

belecimentos [portugueses] dos rios ou experimentarão o estado de languidez ou a diminuição”.

Segundo um relatório da época, as vilas de Barra [Manaus], Arvelos, Nogueira, Alvarães [Tefé], Fonte Boa, Imapiri e Airão eram constantemente atingidas pelos Mura, que “matavam lavradores brancos e índios pescadores, com destreza e velocidade de um raio”, retirando-se logo para seus refúgios, nos inúmeros canais espalhados no baixo Purus.

Henrique J. Wilkens, militar-escritor do final do século 18, escrevia que “sem estabelecimento perdurável [sem aldeias estáveis], eles assolavam e consternavam tudo, porque sua presença se fazia sentir de modo que não se podia plantar, nem caçar e nem pescar”. Conclamava os portugueses da região a desencadear uma guerra de extermínio. E chegou a escrever, em 1789, um poema, intitulado *Muhraida ou a conversão e reconciliação do gentio Muhra*, que na realidade é uma exaltação ao genocídio.

Mesmo que alguns grupos tenham sido aldeados nesta época pelos carmelitas, outros continuavam a resistir, como se lê em relatórios do início do século 19, que descrevem novos massacres contra eles.

A ofensiva Mura retornou com a revolta da Cabanagem, que atingiu também a recém criada Província do Rio Negro. Aliando-se aos rebeldes cabanos, engrossaram o processo revolucionário.

A partir do contra-ataque, o governo imperial, em 1837 as forças legalistas no alto Amazonas passaram a ser comandadas por Ambrósio Pedro Ayres, o terrível *Bararoá*. Ao comandar uma expedição punitiva no lago Autazes, território tradicional dos Mura, para onde haviam se refugiado muitos cabanos, sua expedição foi surpreendida numa emboscada “por sete canoas rebeldes, sendo a maior parte Muras”. Embora tivesse fugido para as margens, Bararoá foi preso e ali mesmo executado.

Este episódio desencadeou nova repressão contra este povo. Em 1856, o *Mapa Estatístico dos Aldeamentos de Índios*, do Império, registrava apenas 1.300 Mura, distribuídos em 8 povoações. Um genocídio pouco lembrado em nossa história. ■



Índio Mura com arco e flecha, desenhado na *Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues de Ferreira*.

Índio Munduruku leva os brancos até uma maloca mura. Cena ecolhida por Spix e Martius (1817-20). Os Munduruku, inimigos tradicionais dos Mura, foram usados para combatê-los no rio Madeira.



APOIADORES

caritas



PORANTIM